

## DO ATO FÓBICO AO ATO MÁGICO PÓS-POLÍTICO: O NOVO MERCADO DISCURSIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

João Domingues<sup>1</sup>  
Leandro de Paula<sup>2</sup>  
Mariana Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho investiga a recente trajetória do Ministério da Cultura do Brasil, elegendo como *corpus* de análise a produção discursiva dos atores que ocuparam o cargo de Ministro no período pós-impeachment. Nosso objetivo consiste em detectar variações narrativas desencadeadas nesse processo histórico, a partir da forma como a gestão anterior do MinC passa a ser concebida e de como são forjados novos parâmetros de legitimidade para o tratamento da cultura no plano do Governo Federal. A partir da análise de discursos, entrevistas e textos institucionais da pasta, compreendemos que o trajeto histórico aqui tematizado organiza-se em torno de dois atos discursivos, que nomeamos de *fóbico* e *mágico pós-político*. O primeiro caracteriza-se, de forma geral, como uma cadeia interdiscursiva de dimensão denunciatória, produzida a fim de apresentar-se como uma antítese imediata ao lulismo-petismo. O segundo se destaca como um esforço de modelagem narrativa cuja finalidade é dotar ao processo administrativo um caráter contemporâneo de cuidados com a coisa pública, mobilizando uma espécie de sublimação de tensões sociais e políticas em nome do registro gerencialista.

**Palavras-chave:** políticas culturais; Ministério da Cultura; discurso.

### A coalizão que restou

O presente artigo busca avançar em algumas pistas propostas por um ensaio produzido após o período eleitoral de 2014, que procurava indagar sobre as interferências do circuito de reprodução do presidencialismo de coalizão na organização das ações do Ministério da Cultura (MinC) (DOMINGUES E LOPES, 2014). Tal trabalho identificava que o modelo político mais perceptível no MinC entre 2003 e 2014 revelava características de ora inadequação ora parcial enquadramento ao conjunto geral da coalizão Executivo-Legislativo. Esse lugar único animou alguns agentes culturais – até então alheios aos processos de

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto III do Departamento de Arte, do Curso de Graduação em Produção Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. E-mail: joaolpdomingues@gmail.com. O presente artigo é um dos resultados parciais da pesquisa “A articulação entre políticas urbanas e políticas culturais: o empreendedorismo urbano e o patrimônio cultural na zona portuária do Rio de Janeiro”, contemplada no Edital FAPERJ Nº 10/2016 Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE).

<sup>2</sup> Professor Adjunto I do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA. E-mail: psleandro@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense. E-mail: mariana.deoliva@gmail.com.

construção de políticas públicas de cultura – a conquistarem um espaço mais amplo de interferência na agenda do Ministério.

Mas as contradições do período mostravam certo esgotamento deste ciclo, materializado em dois pontos principais: (1) a gestão do Executivo com alta incorporação de um tipo de carisma em democracia plebiscitária (SELL, 2010) estava em processo de crise/renovação, não apenas no âmbito do MinC como também no interior do *lulismo* (SINGER, 2012); (2) a evidente “recomposição hierárquica” do próprio presidencialismo de coalizão nativo, cujo pêndulo decisório parecia não mais privilegiar a centralidade do Executivo. O substrato desta equação ilustrava um cenário de difícil governabilidade, possivelmente incidindo em retrocessos sociais para o quadriênio presidencial de 2015-2019.

Ademais, um Congresso que via aumentar o número associações suprapartidárias em defesa de interesses conservadores poderia representar uma série de interrupções orçamentárias e legislativas orientadas às ações político-culturais dos anos anteriores. Essa fragilidade do Executivo seria amplificada pelo quadro de crise econômica, com grave incidência na capacidade de capitalização e investimento do Estado. Tais condições pareciam representar um real perigo à continuidade das ações e talvez à própria “existência” do MinC.

Após a acirrada disputa eleitoral, o ano de 2015 foi marcado por uma série de protestos contra o governo Dilma. O cadinho de insatisfações era amplificado pela exposição dos casos de corrupção da Petrobras e pela defesa da operação Lava-Jato. Uma parte significativa da sociedade brasileira demonstraria sua ojeriza à classe política e ao Partido dos Trabalhadores (PT) em específico. Restava um governo com baixíssima aprovação e bastante desidratado em sua capacidade de mobilização.

Como sabido, em dezembro daquele ano o então Presidente da Câmara dos Deputados acolhia pedido de impeachment contra a Presidenta Dilma por improbidade administrativa. Em maio de 2016, Michel Temer assumia interinamente a presidência, processo concluído apenas em agosto, após votação em segundo turno no Senado.

Desde então nosso circuito de adesão à atividade democrática representativa tem sido diretamente afetado pela desconfiança em relação ao padrão Executivo-Legislativo. Tem sido comum aos vetores progressistas definirem o processo como um golpe legislativo. Não nos opomos a esta visão. Entendemos, no entanto, que o quadro expõe uma série de complexidades ainda não totalmente analisadas.

No percurso histórico de curto prazo, queremos reafirmar que a interrupção do governo Dilma é também resultado do desalinhamento do presidencialismo de coalizão ora

exposto e de seu completo esgotamento como um modo de concepção da diferença social *stricto sensu* democrático. Portanto, acreditamos ser necessário desvendar as filigranas deste mosaico atual do presidencialismo de coalizão, tomando como ponto de partida suas estratégias e abordagens em relação ao período que lhe precede.

Assim, interessa-nos decifrar os elementos que compõem a dinâmica político-institucional em vigência no MinC pós-impeachment, procurando acessar composições bastante fluidas de discursos de figuras-chave de uma pasta cuja marca parece reprisar a instabilidade (RUBIM, 2007). Nosso objetivo é compreender quais modalidades de produção discursiva vêm sendo mobilizadas neste processo histórico e como se reatualizam no interior do mercado de capitais políticos nativo atual. Entendemos que a partir desses registros discursivos seja possível reconhecer as marcas de uma nova *aisthesis*, de um modo de produção de sensibilidades sociais convenientes à sustentação da autoridade política no contexto do MinC pós-impeachment.

Apesar de se tratar de um período de curta investigação, é possível perceber que algumas palavras-chave do quadro narrativo que procuramos diagnosticar sintetizam uma vontade de interrupção do circuito político prévio, constantemente refletido na literatura que trata da temática (RUBIM, BARBALHO, CALABRE, 2015).

Em meio à fortuna crítica dedicada à análise das políticas culturais na experiência dos governos petistas, fez-se frequente a identificação da agenda compartilhada entre o MinC e um conjunto específico de atores sociais, como que se desta cadeia interdiscursiva (FOUCAULT, 2010) se abreviassem ou atrofiassem as condições de tensão dos projetos concretos do social. Assim, é possível que no conjunto amplo de investigações tenha-se então tomado a totalidade do político pela fração histórica institucional, sem prever que outros sentidos produzidos pelo social também são mobilizados para interpor-se aos circuitos projetivos mais bem posicionados em cada momento.

Como tal, essas outras dimensões discursivas, quando acumulam possibilidades de interferência geral na política institucional, sinalizarão qual percurso pragmático tomarão. Essa mobilização encontra um percurso atual em que tais versões do social acionam um recurso de sobreposição ou descaracterização do sentido gramatical até então comum à pactuação MinC-agentes sociais. O que traz para esta arena chamada políticas culturais uma conjunção muito peculiar no interior do Executivo Nacional atual: se no íterim dos anos 2000 e 2010 os agentes sociais mobilizavam discursos como “protagonismo”, “emancipação”, “cidadania cultural”, e “autonomia”, as versões atuais se consolidam numa dinâmica estrita,

de síntese de narrativas constituídas em um espectro político muito específico, que entendemos configurar-se a partir de dois movimentos.

O primeiro conforma-se basicamente como uma antítese denunciatória, reservando-se a “revelar” um projeto de “aliciamento” de pulsões sociais a certos interesses de reprodução partidários. A esta jornada de expurgação nomeamos, como primeiro gesto discursivo, de *ato fóbico*. O segundo mostra-se um pouco mais refinado, fazendo inclusive menção às figuras-chave do período *lulista*, e buscando dotar seu sentido de uma pretensão de cuidados com o futuro administrativo, a partir de gramáticas de racionalização de recursos estatais. Sendo a noção de “austeridade” sua dimensão mais óbvia, nomeamos esse movimento discursivo de *ato mágico pós-político*, dada sua vocação à sublimação de tensões sociais em nome do registro gerencial.

É importante ressaltar que esses gestos discursivos não estão contraídos numa historicidade linear, com inflexões marcadas. Tais atos são acionados por quase todas as figuras-chave que destacaremos, cada uma promovendo uma ênfase, *fóbica*, *mágica*, ou ambas. Nessa perspectiva, apostamos naquilo que Foucault (2010) anteviu: o discurso não é uma construção feita sobre significações prévias, a partir da escolha estratégica dos “autores” que seriam os agentes concretos de uma dada cena. A prática discursiva deve ser entendida, antes, como a estabilização de condições enunciativas que engendram uma *forma anônima de legitimidade* no interior de uma circunstância política, institucional ou epistemológica.

É assim que podemos falar de um campo discursivo, um espaço de regularidades do discurso em meio às quais reconhecemos sentidos em processo de institucionalização. Nosso esforço aqui consiste, então, não apenas em identificar as inclinações à *fobia* ou à *magia* na trajetória recente do MinC, mas compreendê-las como fundamentos de um novo vocabulário autorizado sobre a gestão da cultura em nosso cenário político.

Como veremos adiante, um possível esquema de leitura do acionamento dessas ênfases mostra que o *ato fóbico* é mais presente nos períodos da gestão de Marcelo Calero e Roberto Freire, enquanto o *ato mágico pós-político* se faz mais evidente na gestão de Sérgio Sá Leitão. Ressaltamos que, embora sejam seus principais enunciadores, tais sujeitos históricos não são os atores responsáveis por cada uma dessas tendências, mas apenas a expressão visível de um campo discursivo em formação, que produz e sanciona a fala em cada um desses registros.

Noutra via, assumimos ainda, na esteira de Bourdieu (2011), que nas relações entre os profissionais e os leigos, entre os que detêm legitimidade social para a deliberação e os que se

comportam como sua audiência, estará sempre circulando um mercado de posições que expõe as disputas pelas regras do jogo e o modo de operação do campo político.

Queremos, assim, desvendar rotinas de produção de sentido mobilizadas no breve percurso histórico do Ministério da Cultura pós-impeachment. Tais sentidos, frisamos, não nascem abruptamente no esteio da interrupção do Governo Dilma, mas se revelam publicamente ao longo de sua transposição, dispersos nos mais diversos lugares: entrevistas, discursos de posse, textos de medidas provisórias (MPs), entre outros. Tentaremos ao máximo conjugar essas fontes.

### **O primeiro ato: a fobia do aparelhamento**

O ciclo de reorganização da administração pública federal direta que integra a Presidência da República foi conformado nos primeiros atos pós-impeachment entre as Medidas Provisórias 726/2016 (BRASIL, 2016A) e 278/2016 (BRASIL, 2016B). Para os fins deste trabalho procuramos nos deter brevemente neste íterim, visto que esses instrumentos do Executivo definiram o lugar da cultura na arquitetura institucional.

A primeira MP citada viria a encerrar as atividades do MinC e incorporar suas funções ao então novo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Logo o tema do encerramento do MinC viria a ser tratado pela mídia, causando a reação da classe artística em diversas capitais do país, com a ocupação de espaços culturais e prédios públicos vinculados ao Ministério.

No intervalo da ausência do MinC da arquitetura institucional federal, especulava-se sobre quem assumiria a Secretaria Nacional de Cultura, órgão responsável pela condução das ações culturais do novo MEC. As fontes de jornais indicavam que esta Secretaria estaria disponível ao Partido Popular Socialista (PPS), sendo o deputado federal Stepan Nercessian o nome apontado para assumir a função.

Ao se analisar brevemente entrevistas de membros do PPS no intervalo das MPs, podemos ver como o sentido expiatório da memória do projeto de políticas culturais do Executivo no lulismo seria tratado. Em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”<sup>4</sup>, as falas de Nercessian e Roberto Freire – então presidente do PPS – são substancialmente duras: “As instituições da Cultura estão partidarizadas, e Cultura não pode ter partido. É preciso desaparelhar o Ministério; “Alguns setores da Cultura são meros aparelhos partidários”. Os trechos expressam o tom de identificação imediata entre o projeto até então posto e um

---

<sup>4</sup> Cf.: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,stepan-nercessian-ha-minorias-na-cultura-que-so-representam-elas-proprias,10000051159>>. Acesso em 08 set. 2017.

sentido político doado externamente aos agentes sociais a ele identificados, explicitamente reduzidos, neste recurso discursivo, à condição de infantilidade.

Nercessian, que viria a ser posteriormente empossado como presidente da FUNARTE, ainda afirmaria ser “cético” com relação a certas conquistas: “Há hoje na Cultura muitos casos de lideranças de minorias que acabam representando elas próprias”. Novamente, as posições sociais dos sujeitos externos ao Ministério – desta vez, aqueles específicos representantes de uma certa noção de “liderança” – são reduzidas a composições instrumentais, como se a atividade política fosse mitigada em relação a um cálculo imediato particularista.

Tal disposição discursiva põe em questão as manifestações de participação popular presentes no processo político anterior, fartamente documentadas na literatura especializada (RUBIM, BARBALHO, CALABRE, 2015). Àquela altura, parecia importar o acionamento de palavras-chave (“aparelhamento”, “partidarização”) que pusessem o novo projeto político em sintonia com a ojeriza ao PT, consolidada como expressão social e força política no ocaso do governo Dilma.

O ato fóbico do “desaparelhamento” faz assim circular um modo de intervenção do horror ao projeto político petista e aos sujeitos a ele associados, colocando no centro do debate a fobia a quem é “condenado” à identificação com o *lulismo*.

Poucos dias depois o Governo Temer revogaria a decisão de extinção do MinC. Uma nova MP, 728/2016 (BRASIL, 2016B), recriaria o Ministério, para o qual seria nomeado Marcelo Calero, então Secretário de Cultura do Rio de Janeiro. Em seu discurso de posse<sup>5</sup>, o Ministro viria a se aproximar à fobia tal qual caracterizada pelos quadros do PPS: “o partido da cultura é a cultura, não qualquer outro”. O novo MinC estaria “livre” dos resíduos de “aparelhamento”, para aparentemente poder responder aos desafios republicanos do pós-impeachment.

Calero retomaria este sentido em entrevista a “O Estado de São Paulo”<sup>6</sup>, na qual pontuava que “a primeira tarefa a que nos propusemos, a mais importante, foi desaparelhar o Ministério”. A insistência deste percurso narrativo impunha pensar nas possibilidades de uma assepsia nas relações entre o “partido da cultura” e o presidencialismo de coalizão. Essa

---

<sup>5</sup> Cf.: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/esclarecimento-cerimonia-de-entrega-do-premio-camoes/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/esclarecimento-cerimonia-de-entrega-do-premio-camoes/10883)>. Acesso em 01 out. 2017.

<sup>6</sup> Cf.: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/plano-de-calero-e-desaparelhar-o-minc-e-reformar-o-financiamento-a-cultura/>>. Acesso em 30 set. 2017.

dimensão ganharia contornos de insulamento à vida política vigente, como se fosse possível manter os processos da gestão cultural em dinâmica neutra, poupada dos interesses “partidários”.

Em entrevista à TVeja em agosto de 2016<sup>7</sup>, o então Ministro criticaria a antiga gestão dizendo que teriam sido feitos “muitos eventos, muitas rodas de conversa, muitos debates... que no final não serviam para nada”, afinal, “não era uma escuta qualificada, era uma escuta de momento”. Remetendo ao conjunto de iniciativas que procuravam mobilizar o discurso da participação popular, a noção de “conversa” parece esvaziar o propósito dos mecanismos de escuta social e apontar para uma perspectiva próxima à da teoria política elitista: Calero aciona a ideia de que o “espírito público” necessário para o locus decisório parece apenas caber aos que dominam o real “sentido” da política. Restrito aos capacitados a uma “escuta qualificada”, o contraditório da política seria reduzido à eficácia administrativa. Por óbvio, apenas os que detêm sua técnica poderiam, assim, qualificar seu sentido.

O Ministro parecia entender a aproximação do MinC com diversos agentes sociais à sua simples adequação ao “aparelhamento” então organizado, reduzindo as disputas travadas por esses atores a uma dimensão particularista.

Marcelo Calero deixou o Governo Temer após seis meses de gestão, acusando Geddel Vieira Lima, então Ministro-Chefe da Secretaria de Governo, de pressioná-lo para que interferisse sobre a liberação de um empreendimento imobiliário em área tombada. Assumiria Roberto Freire, então presidente do PPS.

O PT e o período lulista seriam constantemente mencionados por Freire durante seu período à frente do MinC. Em fevereiro de 2017, após cerimônia do Prêmio Camões concedido ao escritor Raduan Nassar, as fronteiras do ato fóbico ficariam escancaradas. Em seu discurso, Nassar pontuou várias de suas já conhecidas críticas ao governo Temer. Contrariando o cerimonial, Freire discursou após o premiado, ressaltando que, ao aceitar o galardão e seu valor pecuniário, o autor teria legitimado o prêmio e o governo brasileiro.

A fala foi questionada pelos presentes, com acusações de ambos os lados acerca das posições democráticas. Em nota oficial, o Ministério se referiria ao ocorrido, acusando a “prática do Partido dos Trabalhadores em aparelhar órgãos públicos e organizar ataques para

---

<sup>7</sup> Cf.: <<http://veja.abril.com.br/tveja/veja-entrevista/minc-era-usado-para-organizar-a-base-do-pt-diz-ministro/>>. Acesso em 13 out. 2017.



tentar desestabilizar o processo democrático”<sup>8</sup>. Não nos parece comum uma referência deste porte produzida por uma pasta do Executivo em períodos democráticos.

O período curto de Freire como Ministro incidiu numa instrução normativa que pretendia maior controle e fiscalização financeira dos projetos incentivados. A Lei Federal de Incentivo à Cultura, comumente conhecida como Lei Rouanet, também foi incluída por Freire como mais uma ilustração da forma de “aparelhamento”.

Em entrevista à “Veja”, em maio de 2017, Freire se prontificava a “retirar a Lei Rouanet desse enxovalhamento geral que foi legado ao Brasil”<sup>9</sup>. Poucos dias depois, em entrevista ao “Correio da Bahia”<sup>10</sup>, quando arguido sobre críticas aos artistas que apoiavam o governo Dilma e que supostamente se beneficiariam de fatias da Lei, o Ministro exporia de maneira peremptória: “o governo anterior manipulou o MinC de acordo com seus interesses político-partidários (...) por conta de um projeto hegemônico de poder que aquele grupo tinha. Aquilo gerou distorções na Rouanet”.

Esta pequena passagem demonstra como as posições de gestão fluíam entre a necessidade de apresentar-se como um projeto “moderno” e da contração de uma identidade administrativa organizada na interrupção da presença e da memória do lulismo-petismo no MinC. O ato fóbico define-se, em última instância, na exclusão antitética do outro: a denúncia do passado recente e sua infantilização é a possibilidade de apresentar-se como o encadeamento discursivo legítimo no tempo presente do mercado político.

Roberto Freire entregou o cargo após acusações de corrupção e obstrução da Justiça envolvendo Michel Temer. Freire indicava que seu partido deveria sair da base do governo e, em caso de vacância da Presidência, apoiaria eleições indiretas pelo Congresso Nacional. Contudo, até o fim da produção deste texto o PPS ainda mantinha o recém-criado cargo de Ministro da Segurança Pública no Governo Temer.

### **O segundo ato: a magia da austeridade e da pós-política**

A última fase de mudanças de comando no Ministério da Cultura explicita as passagens aqui organizadas do sentido fóbico ao sentido mágico pós-político. Após um mês da abrupta saída de Freire da pasta, assumiu Sérgio Sá Leitão, figura que, em nosso

---

<sup>8</sup> Cf.: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/esclarecimento-cerimonia-de-entrega-do-premio-camoes/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/esclarecimento-cerimonia-de-entrega-do-premio-camoes/10883)>. Acesso em 01 out. 2017.

<sup>9</sup> Cf.: <<https://complemento.veja.abril.com.br/entrevista/roberto-freire.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

<sup>10</sup> Cf.: <<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/roberto-freire-comenta-sua-gestao-no-ministerio-da-cultura/>>. Acesso em 02 out. 2017.



entendimento, melhor conectou as relações entre o presidencialismo de coalizão e as ofertas de um regime discursivo empresarial mais recentes.

A indicação de seu nome para a pasta parece demonstrar o interesse do Executivo em ter à frente da pasta um sujeito “orgânico” ao campo cultural. O atual Ministro tem larga experiência na gestão cultural: integrou o MinC no período Lula, foi assessor da presidência do BNDES, diretor da Agência Nacional do Cinema, diretor da RioFilme e Secretário Municipal da Cultura do Rio de Janeiro.

Buscando minimizar os conflitos com artistas e agentes culturais, Leitão se definiria como um “ecumênico”<sup>11</sup>, o que nos parece uma tentativa de colocar-se “ao largo” das disputas em relação às figuras da gestão pré-impeachment. A posição discursiva assumida reitera a passagem ao ato mágico pós-político, ressaltando a tentativa de ocultação do ato profissional da política (BOURDIEU, 2011) e desfigurando a obviedade do modelo de mercado político acionado no ato fóbico.

Seu discurso de posse<sup>12</sup> é uma fonte interessante de conexão de trajetórias, fazendo referências gratulatórias aos homens da organização da cultura, de André Malraux a Gilberto Gil, José Sarney e seu antecessor na pasta. Ressaltaria no evento as relações entre cultura e economia, a geração de empregos e renda, e o senso de pertencimento, ecoando a experiência gramatical do MinC pré-impeachment.

Registraria também sua defesa à Lei Federal de Incentivo à Cultura, “tão atacada e injustiçada”, ressaltando sua importância nos “números tão significativos” que impactam o PIB, bem como sua vontade de contribuição, “para que o Brasil supere a crise o mais rapidamente possível; para a construção deste projeto tão necessário, do Brasil do século 21”.

Leitão destacava que a maior recessão da história do país estava sendo superada, e que as “reformas estruturais que estão sendo feitas por este governo apontam para o novo Brasil”, ainda que enfrentassem uma “reação descabida dos que rejeitam o bom senso e a contemporaneidade”.

Sobre o déficit público que “reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado”, Leitão aponta a necessidade de consolidar um “Estado eficiente e eficaz”. Comprometia-se a realizar “o possível para reduzir custos e aumentar receitas, por meio de

---

<sup>11</sup> Cf.: <<http://www.valor.com.br/politica/5053124/novo-ministro-pede-que-classe-artistica-baixe-bolanas-criticas>>. Acesso em: 30 set. 2017.

<sup>12</sup> Cf.: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/-as-atividades-culturais-e-criativas-sao-vocacoes-do-brasil-discurso-de-posse-do-ministro-sergio-sa-leitao/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/-as-atividades-culturais-e-criativas-sao-vocacoes-do-brasil-discurso-de-posse-do-ministro-sergio-sa-leitao/10883)>. Acesso em 02 out. 2017.

um choque de gestão e do absoluto respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência”.

Adicionava também novas palavras-chave: “pretendo também desburocratizar o MinC, aumentar sua eficiência e instituir mecanismos de compliance e de mensuração e avaliação de resultados, dentro das melhores práticas de *accountability*”. Vemos já colocada a construção retórica seguida posteriormente, síntese de um aparente único Estado viável, conformado em sua avaliação por mecanismos “modernos” de controle.

O Ministro refinaria esta inflexão discursiva em entrevista ao sítio eletrônico “O Antagonista”<sup>13</sup>, na qual destacaria a necessidade de “reforma de legislações arcaicas que nós ainda temos e que afastam o Brasil da contemporaneidade”. Quando provocado sobre o financiamento de artistas “alinhados à ideologia do partido governante” pela Lei Rouanet – na perspectiva fóbica trazida neste artigo –, Leitão ressalta que “houve problemas de gestão sérios” e “um uso distorcido desse mecanismo, sobretudo por parte de empresas estatais em governos anteriores”.

Este pequeno trecho da entrevista mostra que a preocupação de Leitão não parece sinalizar uma discussão ampla sobre as características do sistema de financiamento público à cultura. Não está em questão a transmissão do erário na forma de renúncia fiscal, tampouco qualquer revisão do sentido das decisões privadas de investimento tomarem a forma de política pública, como constantemente reivindicado pelas gestões do MinC pré-impeachment. O que aparece ao fundo é a capacidade do Estado em lidar pragmaticamente com o universo produtivo da economia da cultura diante dos desafios de um país em recessão, especialmente quando pressionado por discursos de contenção de despesas e de não interferência nas formas de acumulação privada.

Esta conexão poderia ser mais explicitamente percebida no sentido de “modelo estatal” dos serviços referido pelo atual Ministro. Em matéria no sítio eletrônico do MinC em agosto de 2017<sup>14</sup>, Leitão defenderia a concessão do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) à iniciativa privada. Inaugurado em 1948 por empresários paulistanos, o TBC foi adquirido pela FUNARTE em 2008. Um grande aporte de recursos foi empenhado desde então para a reforma, faltando cerca de R\$ 13 milhões para a reabertura ao público, segundo o texto.

---

<sup>13</sup> Cf.: <<https://www.oantagonista.com/brasil/exclusivo-sera-uma-gestao-tambem-reformista-diz-novo-ministro-da-cultura/>>. Acesso em 01 out. 2017.

<sup>14</sup> Cf.: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/minc-concedera-teatro-brasileiro-de-comedia-em-sao-paulo-a-iniciativa-privada/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/minc-concedera-teatro-brasileiro-de-comedia-em-sao-paulo-a-iniciativa-privada/10883)>. Acesso em 30 out. 2017.

Pequenos trechos posteriores indicariam de forma mais proeminente como a organização do sentido público/estatal interage no registro discursivo do Ministro: “este modelo 100% estatal que temos em alguns museus e centros culturais não funciona, está falido como bomba-relógio. Precisamos mudar isso”; “Temos que zelar para que existam mais e mais teatros, mais palcos, geridos de maneira competente pela iniciativa privada. Será simbólico, vem na contramão do que o MinC vem fazendo”.

Em entrevista a “O Estado de São Paulo”, o tema da incapacidade administrativa estatal é novamente acionado: “Queremos ou não que o TBC seja reformado e reaberto? Queremos ou não que ele funcione adequadamente? Que ele permaneça aberto no longo prazo? O modelo 100% estatal se encontra falido no Brasil”<sup>15</sup>. Põe-se de maneira explícita a ativação da repulsa ao público/estatal: para estar aberto e operando – aparentemente realizando sua função pública, portanto –, o Teatro só poderia ser objeto de edital de concessão à iniciativa privada.

Quando questionado sobre a capacidade de investimento e os valores orçamentários da pasta, Leitão parece atribuir os limites de atuação do Ministério ao déficit público herdado, articulando uma retórica que remete a formas aparentemente mais modernas da administração pública:

Tem a ver com o fato de que o governo anterior nos legou o maior déficit público da história. E um gasto crescente. O efeito prático é a redução geral, em todas as áreas do governo, da capacidade de investimento. Na cultura não é diferente. *A austeridade se tornou imperativa. E também positiva, pois nos obriga a elencar prioridades e rever posturas.* Já gastamos muito para manter o que existe. O Estado não deve ser dono e operador de teatros. O modelo 100% estatal não deu certo.<sup>16</sup>

Aqui o ato mágico pós-político parece atuar de nova maneira: o condenado modelo “100% estatal” seria resolvido pela adoção positivada de uma magia austera. Esse ato discursivo pode assim reenquadrar a fobia do “aparelhamento”, colocando-a no lugar das “más produções de gestão”, para então superá-la.

Não se trata mais do vínculo sorrateiro de reprodução partidária alocada em um Ministério, mas de sua readequação aos desafios mobilizados pela crise econômica em voga. Neste sentido, austeridade e eficácia do Estado se implicam mutuamente no ato discursivo,

<sup>15</sup> Cf.: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/modelo-100-estatal-na-cultura-esta-falido/>>. Acesso em 02 out. 2017.

<sup>16</sup> Cf.: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/direto-da-fonte/modelo-100-estatal-na-cultura-esta-falido/>>. Acesso em 02 out. 2017. *Grifos nossos.*

retirando de cena o circuito de relações políticas aparentemente antiquadas. O que parecia apenas ensaiado no registro discursivo de Marcelo Calero seria finalmente refinado.

Chamamos atenção para a habilidade da modulação discursiva desse trecho, que postula ao mesmo tempo: 1) uma ideia-força com capacidade de anular qualquer discurso a ele contrário em função da urgência do tempo, apontando um único caminho possível para a administração da coisa pública diante da crise econômica; e por isto, 2) a implementação dessa ideia-força pelo projeto político atual, já que não poderia ser feita nas mesmas condições de gestão anteriores e tampouco pelo mesmo perfil de atores. Assim, qualquer iniciativa da gestão pré-impeachment que sinalizasse vontade de ampliação participativa de atores sociais pode ser ignorada, visto que os desafios de superação da crise – o imperativo da austeridade – não estavam advogados pelo modelo anterior, “falido”.

Em dezembro de 2017, viria a público uma nova Instrução Normativa da Lei Rouanet, por meio da qual a gestão de Leitão buscava honrar o compromisso com a desburocratização do mecanismo. Dentre os 73 artigos do documento, chamaria atenção a autorização dada às empresas patrocinadoras para a realização de ações de marketing e “ativação de marca” no contexto dos projetos apoiados. O que era antes concebido como “vantagem indevida” para os patrocinadores passa a ser compreendido, no texto da Instrução, como um impulso à “atratividade” dos projetos.

Em artigo assinado na “Folha de São Paulo”, intitulado “Um novo olhar sobre a cultura”<sup>17</sup>, Leitão defendia que a Lei Rouanet deveria “ser vista (e gerida pelo MinC) como instrumento de política econômica, visando ampliar o financiamento de projetos culturais realizados por empresas pequenas, médias e grandes de todas as regiões do país e de todos os segmentos da economia criativa”.

O novo olhar sobre a cultura, imbuído do desafio de “elevar a credibilidade do instrumento e seu impacto no desenvolvimento da economia criativa brasileira”, parece assim escolher a forma-empresa (“pequenas, médias ou grandes”) como alvo privilegiado das ações de incentivo do Ministério, descolando-se de elementos-chave do quadro retórico anterior, como as anteriormente citadas noções de “protagonismo”, “emancipação” e “cidadania cultural”. Em meio à deriva geral de subsunção do político pelo econômico – peça fundamental do impedimento do governo Dilma –, reconhecemos a gradativa estabilização do

---

<sup>17</sup> Cf.: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/12/1941270-um-novo-olhar-sobre-a-cultura.shtml>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

ato mágico pós-político da austeridade como condição enunciativa cada vez mais pregnante para o tratamento da cultura no plano da gestão pública federal.

### **Considerações Finais. A austeridade como a versão da pós-política.**

Elencamos neste artigo um conjunto de falas provenientes de diferentes fontes, agrupadas como *corpus* pelo potencial expositivo da dinâmica político-institucional que parece se impor ao MinC no pós-impeachment. Reconhecemos em meio a essa dispersão discursiva dois vetores fundamentais, aos quais atribuímos uma natureza programática: o ato fóbico e o ato mágico pós-político funcionam, em nossa aposta heurística, como chaves de leitura de um único projeto, que visa a expiar o “aparelhamento” do Ministério e a conduzi-lo a um novo protocolo de gestão, pautado por um indisfarçável apelo gerencial.

Cabe-nos nuançar aqui alguns esquematismos que essa proposta de análise pode fazer supor. Em primeiro lugar, reconhecemos que, no jogo da *Realpolitik*, é moeda corrente o processo de dissociação do projeto político imediatamente anterior, por meio de estratégias discursivas que não raramente incluem sua culpabilização. Ao chegarem ao poder, os grupos políticos buscam apresentar-se como contraponto ao projeto ora posto. A gestão de Gilberto Gil, por exemplo, precisou também produzir-se como antítese do projeto tucano de Francisco Weffort, lançando mão da imagem da subserviência do Ministério daquela época ao “deus-mercado”.

O ato fóbico ao qual nos referimos, portanto, não seria um gesto exclusivo dos “partidários do golpe”, mas, antes, um componente mais ou menos ordinário da vida política, que encontrou na ideia de “aparelhamento” o mais forte índice para a expurgação da herança petista no caso do MinC. Este parece ser o fato singular em meio à conturbada cena política dos últimos anos: a imagem construída da pasta como um reduto de militantes e artistas indevidamente beneficiados tem sua força amplificada pelos afetos de repulsa e ojeriza ao PT, transformados em performática pulsão social.

Essa *aisthesis* – o regime de sensibilidades sociais que autoriza um “choque de gestão” no novo MinC – seria assim dependente da consolidação do antipetismo como força política no contexto das guerras culturais do Brasil recente. Como aponta a análise de Laclau (2013) sobre a razão populista, o antipetismo se comportaria como um conceito amplo, que não traria em si um sentido unívoco. Trata-se de um significante vazio, que dá resposta a diversas demandas, sendo incapaz de expressar particularidades, mas potente justamente pela ambiguidade semântica que o transforma em um recurso de reconhecimento coletivo.

Predicado desse antipetismo, o ato fóbico comparece como corte institucional que possibilita a emergência da nova gramática política, que aqui definimos como a magia da austeridade. *Fashion concept* atual aos desafios de ciclos econômicos deficitários, a noção de austeridade é acionada pela defesa de um padrão ortodoxo de pensamento da teoria econômica. Em geral, esses discursos mobilizam a ideia de que a contenção das despesas do Estado, a moderação salarial, a privatização do setor público, a liberalização dos direitos do trabalho são essenciais para a recuperação econômica, visto que contribuem diretamente para a poupança dos empresários.

Mas a noção de austeridade também vem sendo refutada pela análise dos acontecimentos em países onde essas políticas foram adotadas. O acionamento do discurso da crise encontra fundamento e justificativa para retrocessos sociais que não são explicitados pela pretensa positividade apriorística da austeridade. Para Ferreira (2011), o discurso da crise tem se apresentado como uma oportunidade de subordinar trabalhadores, governos e até sociedades inteiras ao ritmo do mercado global, com a noção de austeridade se baseando numa “lógica sociológica de naturalização das desigualdades”.

Ao apresentar-se como a superação das condições imediatas da crise econômica e da caducidade de legislações que “impedem o país de crescer”, o tecido de constituição das relações entre corpos políticos será afetado de maneira bastante singular. Para que se represente como o locus mais “evidente” de combate das condições críticas da economia, o modelo de austeridade demanda de forma silenciosa ser apresentado como o único consenso possível à sua comunidade política referente.

Esse consenso, para sê-lo, precisa imediatamente recusar ou atrofiar as arenas de dissenso – o constituinte clássico da política (RANCIÈRE, 1996). É nesta recusa que o sentido pós-político manifesta-se como aparência de agenda pública – porque se pretende falar em nome de todo o corpo político para superar as condições de crise –, redimensionada para a exigência técnica da gestão de especialistas como o modo “adequado” de governar (ŽIŽEK, 2012).

Se estão eliminados os espaços de desacordo, o que sobra aos que mobilizam discursos não referenciados pela noção de austeridade? Se não detêm circuitos e capitais que os significam socialmente como os especialistas “corretos” para os desafios, se não estão tolerados pelo consenso, cabe-lhes lutar fortemente contra o enquadramento de posições de infantilização (SWYNGEDOUW, 2012). O modelo é de tamanha sagacidade que, ao apresentar-se como único consenso viável, abre-se a incluir todos em sua ordem

aparentemente pluralista, mas também a excluir aqueles que se pretendem postular fora dela, mobilizando a violência simbólica quando necessário.

Para tal, a energia do ato mágico pós-político não prescinde reduzir-se à fobia, não demanda reconhecer os pretensos encaixes de qualquer experiência comunitária ou política como uma submissão alienada ao parâmetro reprodutivo da coalizão entre partidos. Basta que acione as gramáticas necessárias para cindir o corpo político entre os que estão permitidos a operar a gestão do público e os que só podem sobre ele aderir ao consenso estabelecido.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p.193-216, 2011.
- BRASIL. Medida Provisória Nº 726, de 12 de maio de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2016A.
- BRASIL. Medida Provisória Nº 728, de 23 de maio de 2016. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2016B.
- DOMINGUES, João; NASCIMENTO, Guilherme. Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão. **Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-35, 2014.
- FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra**, nº 95, p.119-136, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2010.
- LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre e CALABRE, Lia (Orgs.). **Políticas Culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- SELL, Carlos Eduardo. Max Weber: Democracia Parlamentar Ou Plebiscitária?. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 137-147, 2010.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SWYNGEDOUW, Erik. A Cidade Pós-Política. **emetropolis**, Rio de Janeiro, nº 08, ano 3, p.52-62, 2012.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2012.